

Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho

Secretário de Coordenação dos Assuntos do Meio Ambiente

Haroldo Mattos de Lemos

Diretor do Departamento de Formulação de Programas e Políticas Ambientais

Rômulo José Fernandes Barreto Mello

Coordenador Geral de Diversidade Biológica

Braulio Ferreira de Souza Dias

**Primeiro Relatório Nacional para a
Convenção sobre Diversidade Biológica
BRASIL**

Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
Brasília - D.F.
1998

Editoração Eletrônica

Francivaldo Virgolino da Silva

Pedro Novaes

Ricardo B. Machado

Sandra Grover

Fotografias

Haroldo Palo Jr.

Capa

Ricardo B. Machado

Brasil. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.
Primeiro relatório nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica: Brasil. Brasília,
1998.
283 p.
Documento elaborado em decorrência do que dispõe o artigo 26 da Convenção sobre
Diversidade Biológica.
1. Diversidade biológica - Brasil. 2. Convenção sobre diversidade biológica - Brasil. 3. Meio
ambiente - Brasil.

CDU: 574.4

Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
Secretaria de Coordenação dos Assuntos do Meio Ambiente
Coordenação Geral de Diversidade Biológica - COBIO
Esplanada dos Ministérios Bloco "B", 8º andar, sala 819
CEP - 70.068-900 - Brasília-DF
Tel.: +55-61-317-1042 / 317-1043
Fax: +55-61-317-1209
e-mail: chm@mma.gov.br
www.mma.gov.br

Equipe Responsável pelo Relatório

Coordenação Geral

SMA/DEPAM/COBIO

Braulio Ferreira de Souza Dias

Coordenação Adjunta

SMA/DEPAM/COBIO

Maria Luiza de Araújo Gastal

Warton Monteiro

Consultor

Washington Novaes, Jornalista

Equipe de Apoio Técnico

SMA/DEPAM/COBIO

Antônio Dantas Machado

Lídio Coradin

Luzdalma Maria Goulart Machado

Márcia Ribeiro Fantuzze Dias

Rogério Marcos Magalhães

Sandra do Val Galante Grover

SMA/GABIN

Divina Aparecida Silva

Apoio

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (BRA 95/012/B/01/99 e BRA 97/G31/A/99)

Cristina Montenegro, Oficial de Programa

BIRD – Banco Mundial (contrato TF 28309)

Luis Carlos Ros Filho, Oficial de Programa

Prefácio

Em decorrência da ratificação da Convenção sobre Diversidade Biológica pelo Brasil (Decreto Legislativo Nº 2, de 03 de fevereiro de 1994), o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, responsável pela implementação da Convenção no Brasil, dá cumprimento ao que dispõe o Art. 26 da Convenção, apresentando um primeiro relatório sobre as medidas adotadas na implementação dos dispositivos da Convenção.

A apresentação do Relatório obedece à Decisão II/17 da Conferência das Partes e salienta especialmente as medidas gerais para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira, em nível nacional, previstas no Art. 6 da Convenção. Portanto, este Relatório é demonstrativo dos planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais, e não pretende esgotar todas as iniciativas ocorridas nos estados, municípios e no setor privado.

Quanto ao conteúdo, este Primeiro Relatório expressa, de modo objetivo e transparente, as informações mais recentes obtidas de agências governamentais e de instituições não governamentais, refletindo um esforço conjunto de implementação, compatível com o espírito da Convenção.

A disposição brasileira no cumprimento dos compromissos assumidos perante a Convenção tem sido proporcional à sua responsabilidade como detentora da maior diversidade biológica do planeta. Mas o Governo Brasileiro está consciente de que essa não é uma tarefa apenas brasileira – é de todos os signatários da Convenção.

O Governo Brasileiro espera que se mantenha e mesmo amplie a cooperação internacional para enfrentar esse desafio, que requer esforço coletivo de toda a humanidade, e que essa responsabilidade será partilhada por todos, em benefício de cada um.

Gustavo Krause
Ministro de Estado do
Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos
e da Amazônia Legal

Sumário

| | |
|--|------------|
| Capítulo I - Apresentação da Diversidade Biológica Brasileira | 11 |
| Capítulo II - Situação da Diversidade Biológica Brasileira | 21 |
| 2.1 Estado da Arte do Conhecimento da Diversidade Biológica | 21 |
| 2.1.1 Animais Vertebrados | 26 |
| 2.1.2 Animais Invertebrados | 28 |
| 2.1.3 Plantas | 34 |
| 2.1.4 Microorganismos | 36 |
| 2.1.5 Diversidade Genética | 37 |
| 2.1.6 Espécies Ameaçadas de Extinção | 39 |
| 2.2 Monitoramento e Mitigação de Impactos sobre a Diversidade Biológica | 42 |
| 2.2.1 Pressões sócio-econômicas e seus impactos | 42 |
| 2.2.2 Monitoramento do Desmatamento | 46 |
| 2.2.3 Combate ao Desmatamento | 49 |
| 2.2.4 Monitoramento das Queimadas | 52 |
| 2.2.5 Combate às Queimadas | 54 |
| 2.2.6 Avaliação dos Impactos Causados por Queimadas | 65 |
| 2.3 Conservação <i>in situ</i> da Diversidade Biológica | 66 |
| 2.3.1 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) | 66 |
| 2.3.2 Cooperação Internacional em Apoio às Unidades de Conservação | 72 |
| 2.3.3 As Reservas Particulares do Patrimônio Natural | 75 |
| 2.3.4 Conservação <i>in situ</i> da Fauna Silvestre | 76 |
| 2.3.5 Terras Indígenas e a Conservação da Diversidade Biológica | 78 |
| 2.4 Conservação <i>ex situ</i> da Diversidade Biológica | 79 |
| 2.4.1 Herbários | 79 |
| 2.4.2 Coleções Zoológicas | 80 |
| 2.4.3 Jardins Botânicos e Arboretos | 81 |
| 2.4.4 Jardins Zoológicos | 82 |
| 2.4.5 Bancos de Germoplasma | 84 |
| 2.4.6 Coleções de Culturas de Microorganismos | 87 |
| 2.4.7 Criação de Animais Silvestres com Finalidade Econômica | 89 |
| Capítulo III - Capacidade Institucional | 115 |
| 3.1 Avanços Institucionais | 115 |
| 3.1.1 Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) | 115 |
| 3.1.2 A Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional | 116 |
| 3.1.3 Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) | 117 |
| 3.1.4 O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) | 121 |
| 3.1.5 O Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro | 125 |
| 3.1.6 Outros Órgãos Vinculados ao MMA | 129 |
| 3.1.7 A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) | 130 |
| 3.1.8 Perfil e Papel das Instituições Ambientalistas no Brasil | 131 |
| 3.2 Avanços na Formação de Recursos Humanos | 134 |
| 3.2.1 Pós-graduação | 134 |
| 3.2.2 Atuação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) | 141 |
| 3.2.3 Atuação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) | 142 |
| 3.2.4 Atuação das Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa | 143 |
| 3.2.5 Atuação do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) | 143 |
| 3.3 Avanços nos Mecanismos Financeiros | 144 |
| 3.3.1 O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) | 144 |
| 3.3.2 Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) | 147 |
| 3.3.3 Apoio a Projetos de Biodiversidade de 1985 a 1996 | 147 |
| 3.3.4 Outros Mecanismos Financeiros | 153 |
| Capítulo IV - Legislação, Políticas e Programas: Implementando o Artigo 6º da Convenção sobre Diversidade Biológica | 159 |
| 4.1 Avanços na Legislação | 159 |
| 4.1.1 A Constituição Federal de 1988 | 159 |

| | | |
|---|--|------------|
| 4.1.2 | Avanços na Legislação Nacional Anteriores a 1992 | 160 |
| 4.1.3 | Avanços na Legislação de Biossegurança | 162 |
| 4.1.4 | Avanços na Regulamentação de Acesso à Diversidade Biológica | 164 |
| 4.1.5 | Avanços na Legislação de Propriedade Industrial | 165 |
| 4.1.6 | Avanços na Legislação de Proteção de Cultivares | 166 |
| 4.1.7 | A Lei de Crimes Ambientais | 166 |
| 4.2 | Avanços em Políticas Setoriais | 168 |
| 4.2.1 | A Política Florestal Brasileira | 168 |
| 4.2.2 | As Diretrizes Ambientais para o Setor Pesqueiro | 172 |
| 4.2.3 | A Política Agrícola Brasileira | 174 |
| 4.2.4 | A Política Nacional de Recursos Hídricos | 178 |
| 4.2.5 | O Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico | 181 |
| 4.2.6 | A Política Nacional de Controle da Desertificação | 181 |
| 4.2.7 | As Diretrizes Ambientais para o Setor Mineral | 183 |
| 4.2.8 | Educação Ambiental e Conscientização Pública | 183 |
| 4.2.9 | As Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo | 189 |
| 4.2.10 | A Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal | 191 |
| 4.2.11 | A Agenda Amazônia 21 | 192 |
| 4.2.12 | A Agenda 21 Brasileira | 192 |
| 4.3 | Os Programas Integrados para a Biodiversidade | 193 |
| 4.3.1 | O Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) | 193 |
| 4.3.2 | O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) | 194 |
| 4.3.3 | O Projeto de Corredores Ecológicos da Amazônia e Mata Atlântica | 195 |
| 4.3.4 | O Programa de Levantamento do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE) | 196 |
| 4.3.5 | Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO) | 197 |
| 4.3.6 | O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) | 199 |
| 4.3.7 | Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) | 206 |
| 4.3.8 | Programa Integrado de Ecologia – PIE | 209 |
| 4.3.9 | Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (PROBEM) | 210 |
| 4.3.10 | Programa para a Conservação da Biodiversidade do Estado de São Paulo (PROBIO-SP) | 212 |
| 4.4 | Rumo a uma Estratégia Nacional de Diversidade Biológica | 213 |
| 4.4.1 | Procedimentos Adotados e Resultados Parciais | 213 |
| 4.4.2 | Avaliação dos Biomas Brasileiros | 214 |
| 4.4.3 | Ponto Focal Nacional do <i>Clearing-House Mechanism</i> da Convenção sobre Diversidade Biológica | 218 |
| 4.4.4 | Outras iniciativas | 219 |
| Capítulo V - Contribuição Brasileira para o Avanço da Convenção sobre Diversidade Biológica no Âmbito Multilateral | | 223 |
| 5.1 | <i>Clearing-House Mechanism</i> | 223 |
| 5.1.1 | <i>Biodiversity Information Network</i> (BIN 21) | 224 |
| 5.1.2 | Rede InterAmericana de Informação sobre Biodiversidade (IABIN). | 225 |
| 5.2 | Indicadores de Biodiversidade | 226 |
| 5.3 | Protocolo de Biossegurança | 227 |
| 5.4 | Compromisso Internacional de Recursos Fitogenéticos para Alimentação e a Agricultura | 228 |
| 5.5 | Programa de Trabalho sobre Agrobiodiversidade | 229 |
| 5.6 | Programa de Trabalho sobre Biodiversidade Florestal | 232 |
| 5.7 | Programa de Trabalho sobre Biodiversidade de Águas Interiores | 233 |
| 5.8 | Conhecimento de Populações Tradicionais | 233 |
| 5.9 | Avaliação e Inventário da Biodiversidade | 234 |
| Capítulo VI - Perspectivas | | 237 |
| Referências Bibliográficas | | 245 |
| Leitura Crítica do Relatório | | 273 |
| Relação de Siglas | | 277 |